

Representantes presentes da Câmara Social

- | | |
|--------------------------------------|---|
| 1. Fernanda Fowler (OAB) | 14. Fabiana Vieira (ACONVAP) |
| 2. Fábio Gouvêa (AEA) – suplente | 15. Ronaldo Madureira (SEURBS) |
| 3. Luis Barretti (ABES) | 16. Valdir Dias (SEURBS) – suplente |
| 4. Wilson Cabral (ITA) | 17. Rodolfo Venâncio (SEURBS) |
| 5. Ricardo Law (UNIP) | 18. Paulo Caon (SEURBS) |
| 6. Lincoln Delgado (GCE) | 19. Dolores Moreno Pino (SEURBS) |
| 7. Carlos Renó (SAB Letônia) | 20. Georges Asaad (GARD) |
| 8. Ralf Gielow (SAVIVER) | 21. Marcos Rosa (SFX) |
| 9. Silvio Holleben (AABE) – suplente | 22. Rodrigo Costa (URBAM) |
| 10. Osmar Ferreira (SINDINAPI) | 23. Gabriela Fachini (SMC) – suplente |
| 11. Kelly Caramelo (SASP) | 24. Hermínio Palmutti (SABESP) - suplente |
| 12. Camila Schwarz (SASP) – suplente | 25. Dulce Rita (CÂMARA) |
| 13. Renato Veneziani (SIND. RURAL) | |
-

Demais cidadãos presentes

- | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|
| 1. Klécia Massi (Vila EMA) | 4. Cosme Vitor (Altos de Santana) |
| 2. José Donizete de Paula (Banhado) | 5. Lucas Lacaz Ruiz (Coletivo) |
| 3. Rita de Cássia Vieira (Banhado) | |
-

Ausências Justificadas

1. Sueleide Prado (Vale Verde)
-

Pauta:

1. **Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária de 13/03/19;**
2. **Programas e Projetos de Educação Ambiental;**
3. **Balanço da Semana da Água;**
4. **Definições acerca da proposta de Seminário do Banhado;**
5. **Informes:**

- **Status da CT de Reestruturação do Código de Arborização**

- **Status CT Zoneamento**

- **Status CT de Resíduos Sólidos**

1 Às catorze horas e vinte minutos, do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezenove, o
2 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM Lincoln Delgado
3 (GCE), deu início à reunião ordinária, cumprimentando os presentes e agradecendo a
4 presença de todos. Em seguida, relatou os assuntos de pauta, esclarecendo que a Ata
5 da reunião extraordinária de 13/03/19 deveria ser aprovada nesta reunião, porém em
6 razão da relevância do tema pautado, entende que uma Ata sucinta não representa de
7 fato o que foi debatido em reunião, sugerindo a transcrição *ipsis litteris* da reunião em
8 questão, o que foi acolhido pelos presentes. Na sequência, informou a todos sobre a
9 indicação de novos membros para compor o Conselho, uma vez que a Secretaria de
10 Educação e Cidadania solicitou a substituição de seus representantes, restando à
11 nomeação de Daniele de Freitas de Carvalho como membro titular em substituição a
12 Sidney Campos, e também a nomeação de Juliane Menezes Alfnas como membro
13 suplente em substituição a Cristiane Leão. Do mesmo modo, a Ordem dos Advogados
14 do Brasil solicitou a substituição de seu membro suplente, restando à nomeação de
15 Salvador Arnoni como membro suplente em substituição a Maria do Rosário Vieira
16 Rodrigues. Após, passou a palavra para o representante da Secretaria de Urbanismo e
17 Sustentabilidade Ronaldo Madureira, para que apresentasse os programas atualmente
18 desenvolvidos pela SEURBS. O representante do Poder Público Ronaldo Madureira
19 cumprimentou a todos, ressaltando a importância da Educação Ambiental para o
20 sucesso de qualquer programa ou gestão ambiental. Informou que passaria a informar
21 aos presentes, tudo o que tem sido feito na Cidade relacionado à Educação Ambiental.
22 Em seguida, passou a prestar informações sobre o "Programa de Hortas Urbanas" e
23 "Pomares Educativos Nativos" que se referem à agricultura urbana, numa tentativa de
24 resgatar junto à Comunidade local a cultura de se produzir e tratar os próprios
25 alimentos, agregando mais saúde à população joseense. Afirmou que tais programas
26 ocasionam a participação de alunos do ensino fundamental da rede Municipal de

27 Ensino, incentivando o cultivo e produção dos próprios alimentos para consumo na
28 rede municipal, além de despertar a consciência ambiental nas crianças, bem como a
29 proteção ao Meio Ambiente e incentivar a compostagem doméstica a fim de
30 transformar resíduos orgânicos em adubos. Finalizou apresentando demais programas
31 em andamento no Município, e também as peculiaridades de cada programa
32 implantado, bem como seus resultados positivos, distribuindo materiais didáticos aos
33 presentes para conhecimento e informação. Após, apresentou as atividades
34 desenvolvidas em diversos locais do Município durante a “Semana da Água”, relatando
35 a participação da comunidade e também todos os resultados alcançados com estas
36 atividades. Na sequência, a representante da OAB Fernanda Fowler enfatizou que
37 achou muito interessante cada projeto apresentado, ressaltando que tem interesse em
38 saber mais sobre a composteira doméstica. Destacou a presença do munícipe Lucas
39 Lacaz, e o fato de o mesmo sempre relatar ao Conselho os problemas ocasionados
40 pela composteira implantada na “Praça Rubens Castilho”. Questionou se durante a
41 “Semana da Água” a situação na Praça não foi “trabalhada” naquela comunidade, e
42 quais as medidas que foram adotadas pela Prefeitura de São José dos Campos para
43 resgatar e manter este projeto tão bonito que foi se perdendo ao longo do tempo. Em
44 resposta, o representante do Poder Público Ronaldo Madureira, esclareceu que ao
45 chegar na SEURBS há quase 02 (dois) anos, recebeu esta demanda do Secretário de
46 Urbanismo e Sustentabilidade, uma vez que no local em questão existiam conflitos
47 acerca da manutenção das árvores plantadas no local. Informou que após reunião
48 realizada com a população do entorno da Praça, surgiu a ideia de se implantar um
49 projeto piloto para a criação de uma composteira local para utilização na manutenção
50 daquelas árvores, e também a criação de uma horta mandala para cultivo e utilização
51 de todos. Deste modo, o Departamento de Educação Ambiental da SEURBS com a
52 ajuda da Secretaria de Manutenção da Cidade, realizou algumas oficinas com a
53 comunidade local para implantação do projeto. Enfatizou que para que este tipo de
54 projeto dê um resultado positivo, é necessário que a comunidade se envolva com o
55 projeto e tenha uma percepção do ponto de vista ambiental, o que infelizmente não
56 ocorreu com a população local. Informou que a maioria dos moradores locais solicitou
57 no início da implantação do projeto que a vista local fosse preservada. No entanto, de
58 boa intenção, o munícipe Lucas Lacaz passou a plantar algumas espécies naquele
59 local, de modo que a plantação se propagou, virou um matagal e a população se
60 revoltou, o que ensejou a realização de uma pesquisa com os moradores do entorno,
61 tendo a maioria optado pela retirada da plantação local e também da composteira.
62 Ressaltou que apesar do desfecho, também houve resultados positivos, já que alguns
63 dos moradores se interessaram e optaram pela composteira doméstica. Na sequência,
64 o representante dos Movimentos Populares Cosme Vitor, afirmou que reside no “Altos de
65 Santana”, e que como morador é testemunha de que havia sido realizado o replantio
66 em toda a área em frente da “Rhodia”, de modo que a Prefeitura implantou uma
67 revitalização de nascente bem perto do “Parque”, porém existem mais 03 (três) ou 04
68 (quatro) nascentes que necessitam da mesma atenção, pois duas delas se tornaram
69 depósito de lixo. Neste momento, convidou os representantes da Prefeitura e também

70 os membros do Conselho a comparecerem no local para avaliar e implantar a
71 revitalização do local, afirmando que a comunidade irá auxiliar no que for preciso. Em
72 resposta, o representante do Poder Público Ronaldo Madureira manifestou a sua
73 concordância, enfatizando que sentirá um imenso prazer em contribuir com a
74 comunidade local. Em seguida, o representante da UNIP Ricardo Law, enalteceu o
75 trabalho do município Lucas Lacaz, destacando que o trabalho por ele realizado foi
76 voluntário, feito com muito entusiasmo e boa vontade, de modo que o mesmo poderá
77 auxiliar a Prefeitura em outros projetos. Questionou se a municipalidade tem a intenção
78 de direcioná-lo para outros trabalhos coletivos. O representante do Poder Público
79 Ronaldo Madureira afirmou que conheceu o município Lucas Lacaz muito antes de
80 compor o quadro de funcionários da Prefeitura, durante uma oficina de agroflorestal em
81 Pindamonhangaba, e reconhece que o mesmo é um agente ambiental e tem um papel
82 fundamental perante a comunidade. Ressaltou que o Lucas tem o mérito da iniciativa, e
83 que o que ocorreu na Praça foram conflitos com a comunidade local, por isso houve a
84 necessidade de recuo do projeto por parte da Prefeitura. Afirmou que não há óbice
85 quanto à participação do município em demais projetos da Prefeitura. Em seguida, o
86 Presidente Lincoln Delgado (GCE) passou a tratar do próximo assunto da pauta,
87 destacando a necessidade de ser definida a realização do Seminário para discussão
88 sobre a área do Banhado, o qual fora proposto pelo membro Wilson Cabral na última
89 reunião do Conselho. Ressaltou que mediante o seu entendimento, embora a proposta
90 do Seminário abranja a discussão de diversos assuntos, terá como enfoque a questão
91 da Regularização Fundiária do Banhado, de modo que se fazem necessárias algumas
92 considerações. Afirmou que São José dos Campos possui mais de 100 (cem) núcleos
93 irregulares, de modo que vários destes núcleos irregulares estão em locais importantes
94 e nem sequer vêm sendo discutidos. Afirmou que o Município conta com o Conselho
95 Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU e também com um Departamento de
96 Regularização Fundiária, que poderão auxiliar no desfecho desta discussão. Ressaltou
97 que outros Órgãos como a Defensoria Pública e o Conselho Gestor da APA do
98 Banhado, o qual possui atribuições legais sobre a área objeto da discussão,
99 manifestaram o apoio e o interesse pela organização do Seminário, de modo que
100 entende que o COMAM poderá apoiar a realização do evento, mas não como uma
101 entidade organizadora. Solicitou que os membros que possuem interesse em participar
102 da comissão organizadora se manifestassem, lembrando a todos que o Seminário
103 ainda não possui uma data fixa para a sua realização. A representante da OAB
104 Fernanda Fowler afirmou que se sente muito preocupada com esta situação e que se
105 sentiria mais confortável se o COMAM tomasse a frente do evento e assumisse a
106 responsabilidade sobre a organização do mesmo, uma vez que “filho sem pai, morre
107 sem carinho”. Destacou que este assunto já vem sendo deixado para depois há muitos
108 anos, e que é necessário que o Conselho tome a iniciativa de resolver essa questão de
109 uma vez por todas, já que se trata de um assunto de grande relevância. Destacou,
110 ainda, que fica ainda mais preocupada com o fato de que os membros do Conselho
111 que estavam à frente desta proposta do Seminário estão se desligando do Conselho,
112 questionando a veracidade desta informação. Por fim, afirmou que se preocupa muito

113 com o futuro do Conselho, já que a voz de todos os membros vem sendo “cansada”,
114 uma vez que tudo o que é falado e proposto fica em segundo plano. Afirmou que gosta
115 muito de participar do Conselho, mas que se sente impotente sobre muitos aspectos, e
116 que apesar de achar muito importante conhecer os projetos da Prefeitura, não
117 comparece em plenária apenas para ouvir as apresentações da Prefeitura de São José
118 dos Campos, mas também para contribuir efetivamente com os anseios do Município.
119 Em resposta, o Presidente Lincoln Delgado (GCE) afirmou que não houve qualquer
120 formalização acerca do desligamento de qualquer dos membros do Conselho. O
121 representante da SAVIVER Ralf Gielow solicitou que independente do caminho a ser
122 adotado, as informações sejam transmitidas aos membros do Conselho com certa
123 antecedência para viabilizar uma efetiva participação de todos os membros. Em
124 seguida, o representante dos Movimentos Populares Cosme Vitor manifestou sua
125 concordância com o posicionamento da conselheira Fernanda Fowler, destacando a
126 importância do COMAM se responsabilizar pela organização e realização do evento,
127 juntamente com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e também o Conselho
128 Gestor da APA do Banhado. Afirmou que é necessário que esta discussão seja
129 retomada no Município com urgência, para que as coisas não tomem um rumo
130 perigoso e que não agregará nada a ninguém. O morador do Banhado Donizete
131 destacou que concorda com as colocações da conselheira Fernanda Fowler,
132 ressaltando que é necessário que a Prefeitura retome essa discussão acerca da
133 Regularização Fundiária do Banhado o quanto antes. A moradora da Vila Ema Klécia
134 Massi informou a todos que requereu junto à UNESP a sua exoneração da função de
135 representante da Instituição perante o COMAM, assim como fizeram os conselheiros
136 Wilson Cabral (ITA) e Evandro Albiach (INPE). Em seguida, afirmou que o Presidente
137 Lincoln Delgado (GCE) mente ao afirmar que não foi informado sobre a sua retirada do
138 Conselho, uma vez que a professora Fabiana Fiori, Chefe do Departamento de
139 Engenharia Ambiental da UNESP, telefonou ao Senhor Presidente para informá-lo
140 sobre a sua retirada do COMAM, quando o Senhor Presidente afirmou que o assento é
141 da UNESP e não da “Professora Klécia”, de modo que a UNESP deverá indicar um
142 novo docente para representar a Instituição perante o Conselho. Afirmou que
143 continuará frequentando as reuniões do COMAM regularmente, porém, como Munícipe
144 e representante de sua região, já que entende que pode contribuir com sua postura
145 técnica e não partidária como “quiseram fazer parecer”. Neste momento, afirmou que a
146 retirada dos membros representantes das Instituições de Ensino se deu em conjunto
147 porque os mesmos vinham sofrendo com o mesmo tipo de tratamento, e que neste
148 mesmo dia foi publicada uma carta de autoria destes membros no “Jornal MEON”, a
149 qual será lida ao final da reunião. Na sequência, o Presidente Lincoln Delgado (GCE)
150 esclareceu que ao Conselho só interessa um ato formal, de modo que o fato de a
151 Professora Fabiana ter ligado e informado sobre esta possibilidade não caracteriza um
152 ato formal. Esclareceu, ainda, que as instituições que do COMAM participam é que
153 possuem o assento perante o Conselho, ou seja, o assento não é de pessoa física.
154 Afirmou que ninguém lutou mais do que ele para que a UNESP tivesse assento junto
155 ao Conselho, portanto, deseja que a UNESP continue participando ativamente do

156 Conselho, assim como deseja que a Klécia enquanto cidadã continue participando da
157 mesma forma, pois é assim que deve funcionar uma Democracia. O representante do
158 SINDNAPI Osmar Ferreira destacou que concorda com a colocação da conselheira
159 Fernanda Fowler acerca da necessidade de o COMAM assumir a responsabilidade
160 sobre a realização do Seminário para discussão sobre o futuro do Banhado, se
161 colocando à disposição para participar da Comissão Organizadora do evento. Em
162 seguida, o munícipe Lucas Lacaz afirmou que é com grande pesar que comparece ao
163 Conselho para informar que houve o encerramento do projeto na Praça Rubens
164 Castilho. Afirmou que desenvolveu seu trabalho voluntário na Praça com o
165 conhecimento e autorização da Prefeitura de São José dos Campos, e que inclusive
166 sempre informou a Prefeitura sobre os problemas que estavam ocorrendo no local e
167 que a Prefeitura nada fez para sanar estes problemas. Lembrou que a Prefeitura vem
168 suprimindo árvores que a própria Prefeitura plantou, unicamente porque o Vereador
169 “Marcão da Academia” solicitou e porque a Prefeitura vem “dando voz” para meia dúzia
170 de pessoas agressivas que se colocaram contra as composteiras e o plantio no local. O
171 Presidente Lincoln Delgado (GCE) se comprometeu a comparecer na Praça para
172 entender o que de fato ocorreu acerca do projeto implantado e para tentar encontrar
173 um meio termo sobre esta questão. O representante Ronaldo Madureira afirmou que a
174 Prefeitura vem atuando da melhor forma possível para apaziguar os ânimos no local e
175 intermediar as relações dos moradores locais, tendo inclusive feito um esforço para
176 revitalizar a Praça durante a realização do evento da “Semana da Água”. Retomando a
177 questão do Seminário a ser realizado, o Presidente Lincoln Delgado (GCE) afirmou que
178 não se furta a tratar do tema Banhado, mas que entende que o COMAM tem outros
179 assuntos da mesma importância para discutir, como, por exemplo, a reformulação da
180 Lei de Zoneamento, razão pela qual não entende que seja produtivo que o Conselho
181 assuma a Organização deste evento sozinho, uma vez que outros Órgãos também
182 manifestaram o interesse em desempenhar este papel. Sugeriu que os membros do
183 Conselho que têm interesse em compor a Comissão Organizadora do evento se
184 manifestassem para que fosse formalizada a participação do Conselho. Neste
185 momento, o representante do ITA Wilson Cabral afirmou que gostaria de corrigir alguns
186 dos enganos acerca da realização do referido Seminário, ressaltando que em nenhum
187 momento foi solicitado ao Conselho da APA do Banhado que este fosse o protagonista
188 deste Seminário, de modo que o Presidente do Conselho da APA do Banhado apenas
189 se colocou à disposição para apoiar a realização deste evento como fosse possível.
190 Destacou que a proposta inicial foi de que fosse composta uma Comissão
191 Organizadora do evento com 05 (cinco) membros, de modo que três deles já estariam
192 definidos, pois se manifestaram positivamente a este propósito. Desde modo, deveriam
193 compor a Comissão o Defensor Público, um representante da comunidade do
194 Banhado, um representante das Instituições de Ensino e Pesquisa e também
195 representantes do Conselho Gestor da APA do Banhado e da Prefeitura de São José
196 dos Campos. No entanto, faltam duas posições a ser preenchidas, uma pela APA do
197 Banhado e a outra pela Prefeitura. Afirmou que a orientação do Gestor da APA do
198 Banhado Renato Lorza foi de que qualquer instituição que faça parte da APA e queira

199 participar da comissão que o faça, todavia não terá a chancela da APA do Banhado
200 como sendo um cenário da APA, o que está de acordo, já que esta não era de fato a
201 proposta, mas tão somente a participação de um representante, o que foi acolhido pela
202 “ONG Corredores Ecológicos”, faltando apenas uma representação dentro desta
203 proposição, que seria a da Prefeitura de São José dos Campos. Enfatizou que somente
204 não entende o porque vem se tentando transferir essa responsabilidade quanto à
205 realização do evento para o CMDU, o que não faz nenhum sentido, já que a proposta
206 do Seminário foi apresentada e devidamente votada na plenária do COMAM, de modo
207 que ainda que o COMAM não organize o evento definitivamente, pois talvez não tenha
208 competência para tal, será a comissão organizadora quem irá definir isto, por meio de
209 todas as entidades que irão participar e compor esta comissão. Afirmou, ainda, que a
210 organização do evento poderá contar com participações externas, se colocando,
211 inclusive, à disposição para contribuição, embora não esteja nominado para compor a
212 Comissão Organizadora. Finalizou afirmando que durante a votação da proposta do
213 Seminário, restou como indicativo o mês de maio para a realização do evento, de modo
214 que a comissão organizadora também deverá definir esta data. O Presidente Lincoln
215 Delgado (GCE) agradeceu os esclarecimentos do conselheiro Wilson Cabral,
216 destacando a pertinência de sua fala. Ressaltou que era exatamente o que tentava
217 esclarecer em plenária, já que não acha produtivo que seja realizado um evento
218 exclusivamente do COMAM, quando há uma série de atores que já manifestaram o seu
219 interesse quanto à contribuição para realização deste evento. Em seguida, solicitou que
220 aquele que tenha interesse em representar o Conselho perante a Comissão
221 Organizadora do evento se manifestasse. Neste momento, a representante da OAB
222 Fernanda Fowler manifestou o seu interesse em compor a Comissão Organizadora do
223 Seminário, representando o Conselho. O representante dos Movimentos Populares
224 Cosme Vitor afirmou que o Poder Público está demonstrando má vontade quanto à
225 realização deste evento. Destacou que diversos representantes da Prefeitura e também
226 da Câmara Municipal que compõem o Conselho estão presentes e deveriam se
227 prontificar a participar e contribuir com o evento, mas estão se omitindo, o que é
228 inaceitável. Afirmou que é fundamental que a Prefeitura de São José dos Campos
229 participe efetivamente deste evento. Em resposta, o representante do Poder Público
230 Ronaldo Madureira afirmou que a partir do momento em que a Comissão Organizadora
231 tenha definido a data efetiva para realização do evento, bem como os temas a serem
232 discutidos, naturalmente a Prefeitura de São José dos Campos irá encaminhar
233 profissionais qualificados e aptos a tratarem dos temas elencados e a contribuir
234 efetivamente com os temas a ser discutidos. O Presidente Lincoln Delgado (GCE)
235 afirmou que acha essa iniciativa muito responsável, já que é necessário que os
236 profissionais representantes da Prefeitura tenham afinidade com os temas a serem
237 debatidos. Em seguida, a Vereadora Dulce Rita questionou se esta discussão irá
238 abranger toda a extensão da várzea do Banhado ou somente a concha, onde está
239 instalada a comunidade Nova Esperança. Em resposta, o Presidente Lincoln Delgado
240 (GCE) esclareceu que entende que a Comissão Organizadora do evento, a qual já se
241 encontra devidamente constituída, deverá definir qual a abrangência desta discussão.

242 O representante da UNIP Ricardo Law solicitou que este Seminário tenha como escopo
243 o Banhado sustentável, devendo ser discutida sua questão social, ambiental e
244 econômica. Em seguida, o representante do SINDINAPI Osmar Ferreira também se
245 colocou à disposição para participar da Comissão Organizadora do Seminário. Neste
246 momento, o Presidente Lincoln Delgado (GCE) encerrou a discussão acerca do evento
247 a ser realizado e passou a palavra ao Engenheiro Rodolfo Venâncio, representante do
248 Poder Público e também Coordenador da Câmara Técnica constituída para discussão
249 sobre a reformulação da Lei de Zoneamento, que passou a informar aos presentes
250 quais as atividades realizadas pela Câmara Técnica. O Coordenador da Câmara
251 Técnica Rodolfo Venâncio, afirmou que durante a primeira reunião da Câmara Técnica
252 foram definidos alguns tópicos base para a discussão, como áreas verdes em
253 loteamentos, APPs, Movimentações de Terras, Macrodrenagem, Barra Impermeável
254 dos Empreendimentos, a revisão da taxa de ocupação dos lotes e o Plano de
255 Mudanças Climáticas, além das espécies adequadas para plantios em calçadas mais
256 resistentes aos ventos e mais adequadas à rede de energia elétrica, de modo que nas
257 reuniões seguintes foram realizadas discussões específicas acerca destes temas.
258 Posteriormente, informou que dois dos participantes da Câmara Técnica, o conselheiro
259 Wilson Cabral (ITA) e a conselheira Fernanda Fowler (OAB), deixaram de participar
260 das reuniões, tendo informado o seu desligamento logo após a realização da primeira
261 reunião da Câmara Técnica. Afirmou que como Coordenador, está colocando a
262 informação para a plenária, para que outros membros que desejem participar
263 efetivamente desta discussão venham preencher estas duas vagas em aberto, visando
264 a maior produtividade da discussão. A representante da OAB Fernanda Fowler
265 comunicou oficialmente o desligamento da entidade em relação às atividades da
266 Câmara Técnica de Zoneamento com muito pesar, já que gostaria de contribuir com a
267 discussão. Esclareceu que todas as reuniões da Câmara Técnica foram previamente
268 agendadas para as catorze horas, o que impossibilita a sua efetiva participação. O
269 representante do ITA Wilson Cabral corroborou com a colocação da conselheira
270 Fernanda Fowler, afirmando que diversas vezes solicitou que fossem alterados os
271 horários para a realização destas reuniões; no entanto, estes horários foram mantidos,
272 o que impossibilitou a sua participação. Em seguida, a representante da ACONVAP e
273 membro da Câmara Técnica de Zoneamento Fabiana Vieira afirmou que a Câmara
274 Técnica está funcionando efetivamente. Ressaltou que só se dispõe a participar daquilo
275 que consegue comparecer, e que assim como os demais membros trabalha, porém
276 adequa o seu horário de trabalho para que possa participar efetivamente dos
277 compromissos assumidos com a Prefeitura de São José dos Campos. Finalizou
278 afirmando que para que haja a efetiva discussão acerca do zoneamento da Cidade é
279 necessário que seja apresentado o Plano de Macrodrenagem. Em seguida, o
280 Coordenador Rodolfo Venâncio pontuou que a Câmara Técnica dá suporte e traz
281 discussões para o Conselho, e não é uma coisa estanque, enfatizando que a
282 contribuição sempre será bem-vinda, seja por meio da Câmara Técnica ou não.
283 Destacou que as contribuições de todos os membros poderão ser encaminhadas para
284 o seu e-mail, se prontificando a apresentar todas as contribuições recebidas para a

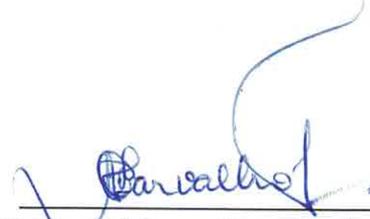
285 Câmara Técnica e também a responder todas as indagações. Neste momento, o
286 representante do ITA Wilson Cabral ressaltou a pertinência da colocação da
287 conselheira Fabiana Vieira, afirmando que concorda com a premissa de que sem o
288 Plano de Macrodrenagem não se pode avançar na discussão sobre o Zoneamento.
289 Questionou se a Prefeitura irá aguardar o Plano de Macrodrenagem para dar
290 prosseguimento na discussão acerca do zoneamento. O Coordenador Rodolfo
291 Venâncio afirmou que existem diversos temas para discussão do zoneamento que não
292 foram esgotados e que deverão ser discutidos, de modo que não é viável paralisar as
293 discussões em razão da ausência deste Plano de Macrodrenagem. Em seguida, a
294 munícipe Andréa Luswarghi questionou de quem é a responsabilidade sobre a
295 realização deste Plano de Macrodrenagem. O representante do Poder Público Rodolfo
296 Venâncio esclareceu que o Plano de Macrodrenagem é de responsabilidade da
297 Secretaria de Gestão Habitacional e Obras, o qual está em processo de
298 desenvolvimento. Em caráter informativo, o representante do Poder Público Ronaldo
299 Madureira prestou informações acerca do status da Câmara Técnica de Arborização
300 Urbana e também da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, destacando que os
301 trabalhos estão em andamento e que os resultados logo serão apresentados em
302 plenária. Em seguida, o representante da UNIP Ricardo Law aproveitou para
303 denunciar ao Conselho que vem ocorrendo o despejo de lixo e entulhos no loteamento
304 "Terra Brasilis", localizado na Avenida João Rodolfo Casteli, no Bairro Putim,
305 sugerindo que a Prefeitura de São José dos Campos providencie caçambas para o
306 local a fim de se evitar o descarte de lixo em local impróprio. Denunciou, ainda, que no
307 bairro São Judas Tadeu, mais especificamente na Avenida São Vicente de Paula, onde
308 está localizado um receptor do esgoto do bairro, há um vazamento de esgoto há dias,
309 solicitando que a Prefeitura tome providências junto à SABESP. Finalizou solicitando
310 esclarecimentos da concessionária acerca de uma notícia que foi transmitida pelo
311 Jornal da Cultura, a qual afirmava que a população vem consumindo 28 (vinte e oito)
312 agrotóxicos por meio da água potável distribuída pela SABESP em mais de 500
313 (quinhentos) Municípios, de modo que São José dos Campos foi indicado como um
314 destes Municípios. O Presidente Lincoln Delgado (GCE) ressaltou a pertinência do
315 assunto e sugeriu que esta discussão fosse provocada em uma próxima reunião,
316 quando um representante da SABESP poderá prestar estes esclarecimentos. Neste
317 momento, a moradora da Vila Ema Klécia Massi efetuou a leitura da carta publicada no
318 Jornal MEON: "Diante da responsabilidade a nós atribuída como representantes de
319 Instituições de Ensino e Pesquisa junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente –
320 COMAM, e tendo em vista o nosso recente pedido de exoneração destas atribuições
321 junto às nossas Instituições, vimos a público apresentar nossas considerações à
322 sociedade. Como professores e pesquisadores cômicos de nosso papel social,
323 havíamos nos colocado à disposição de nossas Instituições (UNESP, INPE e ITA) para
324 bem representá-las junto ao COMAM. Estávamos imbuídos de um espírito de
325 cooperação e colaboração para o aprimoramento das questões de ambiente e
326 sustentabilidade em São José dos Campos, como sempre estivemos, neste ou em
327 outros fóruns. A Constituição Federal (em seu Artigo 29) prevê a "cooperação das

328 associações representativas no planejamento municipal”. A Lei Orgânica do Município
329 também garante a participação popular nas decisões. E a Lei de criação do COMAM
330 indica como competência do Conselho “fornecer subsídios técnicos para
331 esclarecimentos, relativos à defesa do Meio Ambiente, aos órgãos públicos e
332 principalmente à comunidade”. Foi dessa maneira que nos pautamos: tentando
333 fornecer subsídios técnicos ao poder público, além de atendermos a demandas da
334 sociedade civil joseense. Uma leitura atenta das atas das reuniões pode redimir
335 quaisquer dúvidas. No entanto, desde que se iniciaram os debates em relação ao
336 Bosque Betânia, perpassando as tratativas relacionadas ao Plano Diretor Municipal,
337 atingindo um ápice quando das tentativas de discussão técnica e ambiental em torno
338 da obra da Ponte Estaiada, percebemos uma imposição de agendas, cerceamento de
339 discussões que consumiam todo o tempo em apresentações infundáveis e não
340 profícuas, postergação e obstaculização de discussões e da construção conjunta de
341 soluções, além de um recrudescimento de postura do Executivo municipal, refratário às
342 manifestações contrárias dos conselheiros. Não obstante, a ação do executivo
343 municipal passou a ser de questionamento e até de tentativas de constrangimento à
344 participação destes representantes que ora se manifestam. Diante destes fatos, e da
345 impossibilidade de uma participação técnica, democrática e cidadã de nossa
346 representação no COMAM, solicitamos às nossas instituições a exoneração da
347 condição de representantes naquele Conselho. Alertamos também para o fato de que
348 estas representações da sociedade civil no COMAM, incluindo as instituições de ensino
349 e pesquisa, têm sido utilizadas apenas como legitimadoras (como geradoras de
350 quórum) de um processo em que a Prefeitura simplesmente utiliza sua amplitude
351 numérica, em detrimento dos reais anseios da sociedade no que tange às questões
352 ambientais e de sustentabilidade. Apesar da presente iniciativa, é importante
353 salientar o papel das instituições de ensino e pesquisa junto aos Conselhos Municipais.
354 São elas a aportar a vertente mais técnica às políticas públicas municipais, além de
355 exercer o controle social diante do poder executivo, no que tange aos assuntos de sua
356 tratativa. Não se trata de ser “contra” ou “a favor” de um ou outro empreendimento e
357 sim de exigir que ritos legais e demandas legítimas da sociedade (no caso, ambientais)
358 sejam respeitados nos projetos públicos, e o debate em torno de obras públicas possa
359 inclusive aprimorar tais projetos. A omissão dos representantes destas instituições nos
360 Conselhos seria um desserviço à sociedade e uma quebra de princípios de conduta
361 ética e cidadã, princípios caros aos propósitos de nossas instituições. Por fim, estamos
362 e estaremos sempre dispostos a contribuir para o aprimoramento das políticas públicas
363 municipais, especialmente às que se associam ao nosso tema de magistério e
364 pesquisa. Esperamos que uma mudança na condução de tais fóruns possa levar a uma
365 participação mais profícuca em prol do desenvolvimento sustentável e da qualidade de
366 vida da sociedade joseense. Respeitosamente e cordialmente, São José dos Campos,
367 23 de abril de 2019. Evandro Albiach, Klécia Massi e Wilson Cabral.” Obrigada. Na
368 sequência, o representante do ITA Wilson Cabral enfatizou que a leitura se deu sobre a
369 carta aberta direcionada à sociedade joseense. Afirmou que tomou esta decisão com
370 muita dor, já que participa efetivamente deste Conselho há muito tempo, mas de fato

371 neste momento não encontra meios para continuar, uma vez que o cerceamento vem
372 chegando aos níveis pessoais, a ponto do constrangimento. Enfatizou que pessoas
373 com quem nunca teve qualquer tipo de problema passaram a tratá-lo com "diferenças",
374 em razão dos debates que vem sendo trazidos ao COMAM, chegando ao termo
375 indigesto que ensejou o rompimento. Destacou que as representações junto ao
376 Conselho são das respectivas Instituições, de modo que a solicitação de exoneração
377 se deu junto às suas Instituições quanto a estas representações, de modo que ainda é
378 o representante do ITA até que esta Instituição comunique ao Conselho o seu
379 desligamento e indique um novo representante. Reiterou o fato de que a decisão foi
380 tomada por todos com muita dor e com muita pena, uma vez que todos queriam e
381 muito colaborar com o Município e com a sociedade para melhorar e aprimorar as
382 questões ambientais e de sustentabilidade; no entanto, não houve acolhida da
383 municipalidade neste sentido. O representante da AABE Silvio Holleben afirmou que o
384 que está acontecendo neste momento, já aconteceu com o Paulo Romano no
385 Conselho Gestor do Plano Diretor, uma vez que a ACONVAP pressionou tanto que fez
386 com que o mesmo fosse afastado das atividades do Conselho. Em seguida, questionou
387 as podas de árvores na Cidade, enfatizando que as mesmas vêm ocorrendo de forma
388 inadequada. Na sequência, o Presidente Lincoln Delgado (GCE) lamentou o
389 desligamento destes membros do Conselho, solicitando que os mesmos continuem
390 comparecendo nas reuniões e contribuindo com as discussões enquanto cidadãos que
391 têm muito a contribuir com os anseios do Município, agradecendo a profícua
392 participação destes membros no Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM até
393 aquele momento. Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião, e eu, Tamires
394 Tatiane Carvalho Adão Sant'Anna, lavrei a presente ata.



José Lincoln Trigo Delgado de Almeida
Presidente



Tamires Tatiane Carvalho A. Sant'Anna
Secretária Executiva

